

SEM TERRAS X AMBIENTALISTAS: UM FALSO DILEMA

TEODORO SAMPAIO - A precária situação fundiária do Pontal do Paranapema criou uma disputa entre sem terras e ambientalistas, que tem prejudicado a preservação dos remanescentes florestais do extremo oeste de São Paulo. As terras do Pontal são consideradas devolutas porque, desde 1947, foi decretada ali a Grande Reserva do Pontal do Paranapanema. Gradativamente, esta reserva foi sendo incendiada e grilada por grandes fazendeiros ou mesmo empresas. Uma prática bastante comum era por fogo num trecho de mata e instalar um posseiro, que pedisse ao Instituto de Terras a posse de 10 a 15 hectares. Concedida a posse, os fazendeiros cercavam e se apoderavam de 300 a 400 hectares. Já nos anos 70 só restavam intactos pouco além dos 35 mil hectares do Parque Estadual do Morro do Diabo e algumas ilhas de floresta original, de 100 a 1.000 hectares, espalhadas em meio às pastagens das fazendas.

Agora, muitas fazendas já estão nas mãos dos descendentes desses primeiros grileiros, mas os sem-terras sabem que as terras são devolutas, sem titulação definitiva, e frequentemente explodem conflitos. Entre os fazendeiros e os sem-terra ficam os ambientalistas, que querem ver preservadas as últimas matinhas que escaparam à destruição dentro das fazendas, sobretudo porque elas abrigam espécies ameaçadas de extinção, como o mico-leão-preto.

Os sem-terras consideram seu assentamento mais importante do que qualquer "leão preto" e estão dispostos a "passar o correntão" em qualquer mata onde conseguirem posse. Os ambientalistas defendem os assentamentos em áreas já abertas. "Na verdade, existe muita terra já desmatada e improdutiva no Pontal para assentar os sem-terra, sem mexer nas ilhas de mata ocupadas por espécies ameaçadas", explica Djalma Weffort, da APOENA, uma entidade ambientalista da região. "A briga dos ambientalistas com os sem-terra só interessa aos fazendeiros".

A líder de 37 famílias recentemente assentadas no Pontal, Marinalva Meirelles, parece concordar: "a gente vai respeitar a reserva florestal mais que puder, ninguém vai mexer". Mas essa postura só dura enquanto seu pessoal não precisar de mais lotes. A gleba Tucano, onde Marinalva está assentada desde 30 de outubro de 1991, pertencia a uma fazenda reivindicada pela construtora Camargo Córrea. Como a maioria dos fazendeiros do Pontal, a Camargo Córrea não tinha o título dos seus 1.200 hectares. Os sem-terra acamparam

junto da fazenda durante seis anos e oito meses, até surgir uma proposta conciliatória: eles seriam assentados em 270 hectares da fazenda Tucano e a Camargo Córrea teria o título definitivo dos outros 930.

Assim que as 37 famílias foram assentadas, começaram a chegar parentes desempregados e hoje já são 45 famílias nos 270 hectares cedidos. Não é difícil prever que, em breve, haverá necessidade de novos lotes e a "reserva florestal" estará em perigo.

Nos 930 hectares restantes a mata não corre menos riscos. Um ano depois de obter o título, em setembro passado, a Camargo Córrea vendeu a fazenda para um novo proprietário, João Pereira de Moraes. Legalmente, se a Secretaria de Meio Ambiente der o aval, Moraes pode desmatar até 80% de sua nova propriedade. E é o que ele pretende fazer, independente da importância da mata e da existência de grupos de micos leões dentro dela. Tanto que já ofereceu a terra para arrendamento e abertura de roça e está se movimentando para construir uma serraria. Depois que a terra for "amansada", ele planta pasto, segundo seu empregado Waldomiro dos Santos.

Como na Tucano, o processo pode se repetir em quase todas as matas privadas, pois a Procuradoria da República tem um projeto de revogação da Grande Reserva do Pontal do Paranapanema e concessão de títulos definitivos aos atuais ocupantes das fazendas. O projeto esbarra, entretanto, na Secretaria do Meio Ambiente, que teria de dar seu aval, pois se trata de área estadual de preservação. O secretário, Édis Milaré, garante que o aval não sai antes de um zoneamento agroecológico e do estabelecimento de critérios para se promover o desenvolvimento sustentado, sem prejuízo para o meio ambiente. A secretaria trabalha no caso do Pontal com o máximo de prioridade, segundo Hélio Ogawa, assessor do secretário.

Os pesquisadores da entidade ambientalista IPE, Instituto de Projetos e Pesquisas Ecológicas, acham que a secretaria poderia ir além do zoneamento. Eles vêem no Pontal uma oportunidade única de criar um sistema de preservação racional. "A titulação dos fazendeiros em torno do Parque Estadual do Morro do Diabo seria vinculada à cessão de uma faixa de terra em torno do parque, como uma zona tampão. Além disso, nas fazendas não limítrofes seriam criados corredores de mata restaurada entre as ilhas de mata original".

melhor solução para áreas que foram muito desmatadas, onde sobraram apenas fragmentos de floresta original.

As zonas tampão (do inglês, buffer zones) são cinturões em volta de parques, onde alguma exploração de produtos florestais é permitida, desde que não haja desmatamento. Seu uso restrito e controlado ajuda a proteger o parque contra invasões e funciona como barreira em caso de incêndio. Na legislação brasileira, o conceito de zonas-tampão está embutido na figura das Florestas Nacionais e Reservas Extrativistas. Já os corredores de mata serviriam para facilitar o trânsito dos animais entre as ilhas de mata e dar chance de ocorrerem casamentos cruzados entre grupos de famílias diferentes. Hoje, os micos leões pretos e outras espécies não atravessam as áreas de pastagens entre duas ilhas de mata porque ficam expostos a predadores e atropelamentos nas rodovias.

Alguns fazendeiros já tem se mostrado positivos com relação à preservação de suas matas e muitos até já averbaram em cartório suas "reservas florestais particulares". O fazendeiro Enio Pepino, da fazenda Ponte Nova, por exemplo, tem dado amplo apoio ao projeto mico-leão-preto, que estuda a viabilidade dos pequenos primatas nas ilhas de mata. Pepino abriu as porteiras aos pesquisadores, que encontraram um grupo de 4 micos nas suas matas. "Achamos inclusive que outros micos, de matas mais ameaçadas, poderiam ser translocados para a Ponte Nova, onde estariam protegidos contra caçadores", avalia Laury Culle Júnior, do Ipê.

"Pelo apoio que temos de fazendeiros como este e dada a singular situação fundiária do Pontal, consideramos este o momento ideal para a negociação dessas duas soluções - a zona tampão e os corredores. Os fazendeiros ficariam com os títulos, o custo seria baixo para o Estado e o meio ambiente sairia muito beneficiado", explica Pádua. "Em todo o Brasil não existe oportunidade semelhante para fazer um sistema modelo, avançado e eficiente como este".

- Fm -